



Ofício 48/2012

Campo Grande (MS), 20 de agosto de 2012

Senhor **Luciano Coutinho**

Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

Prezado senhor

Sabedores das preocupações sociais e ambientais do BNDES, inclusive dos importantes avanços das regras e normas nestas áreas promovidas sob sua gestão, nos dirigimos ao senhor para solicitar uma especial atenção e propor algumas medidas frente aos financiamentos do Banco para construção de represas no Planalto da Bacia do Alto Paraguai (BAP), região que drena em direção à planície do Pantanal. A razão é que o barramento dos cursos d'água para aproveitar o gradiente hidráulico existente entre planície e planalto na bacia atinge diretamente os ecossistemas pantaneiros, com efeitos sobre a diversidade biológica, as comunidades e a economia.

A atividade de pesca, por exemplo, será atingida em cheio, pois a reprodução dos peixes que sobem os rios buscando as partes mais altas para desova, fenômeno conhecido regionalmente como "piracema", não mais ocorrerá e o estoque pesqueiro se reduzirá. A redução da disponibilidade de peixes promoverá perda de trabalho e renda em grande escala, pois a pesca, em suas diferentes modalidades, é a maior fonte geradora de trabalho e renda na região. Cálculos da associação de turismo de Corumbá demonstram que somente na cidade mais de 30 mil pessoas - em uma população de 100 mil pessoas, aproximadamente - dependem da atividade. Esse número pode ser multiplicado algumas vezes se somado aos dos outros municípios da bacia.

Nossas preocupações se fundamentam principalmente nos efeitos sinérgicos caso se some ao conjunto de empreendimentos existentes aqueles que estão em



estudos: a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) informam que hoje 44 represas na bacia já estão em operação ou em fase de implantação e outras 84 estão em fase de planejamento e estudos, totalizando 128. Dentre as 44 existem casos como o do rio Correntes, no município de Sonora, MS, são extensamente conhecidos. Ali o barramento levou a mortandade de peixes e a perda de pequenos negócios vinculados à pesca.

Os riscos dos efeitos cumulativos das represas já foram extensamente identificados por diversos cientistas de diferentes instituições, inclusive governamentais, como expressado no documento “Efeito cumulativo das barragens no Pantanal”.

Os empreendimentos têm a oposição não só de ambientalistas e pesquisadores, mas principalmente das comunidades pantaneiras e entidades de pescadores artesanais, representantes do grupo que certamente serão os maiores herdeiros dos danos causados ao Pantanal pelo conjunto de represas.

Entendemos, pelas razões expostas resumidamente acima, que o BNDES deve suspender os processos de financiamentos em negociação atualmente e, a seguir, promover uma avaliação ambiental/econômica estratégica da bacia, com foco em seus financiamentos, partindo de um amplo debate com pesquisadores, organizações da sociedade, governos locais, Ministério Público Federal e outras instituições. Com tal medida certamente o Banco enriquecerá seus conhecimentos e qualificará positivamente seus processos de fornecimento de empréstimos.

Alcides Faria
Diretor Institucional da Ecoa- Ecologia e Ação